

Legislação e bibliografia para realização Prova de Conhecimentos

Referência C - Procedimento Concursal Comum para 1 Terapeuta da Fala

Legislação Geral:

- [Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual – Regime Jurídico das Autarquias Locais;](#)
- [Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;](#)
- [Código Procedimento Administrativo - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, na sua atual redação;](#)
- [Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, na sua redação atual;](#)
- [Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Aprova o código dos contratos públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo;](#)

Legislação Específica:

- [Lei nº 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo;](#)
- [Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar, na sequência da Lei de bases do Sistema Educativo;](#)
- [Despacho nº 9180/2016, Diário da República nº137/2016, Série II de 19 de julho – Homologa as orientações curriculares para a educação pré-escolar;](#)
- [Decreto-Lei nº 85/2009, de 27 de agosto – Estabelece o regime de escolaridade obrigatória e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade;](#)
- [Lei nº 65/2015, de 3 de julho, primeira alteração à Lei nº 85/2009, de 27 de agosto – Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade;](#)
- [Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho que republica o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e de ensinos básicos e secundário;](#)

- [Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de junho – Estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional da educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento;](#)
- [Decreto-Lei nº 542/79, de 31 de dezembro – Estatuto dos Jardins de Infância da Rede Pública do Ministério da Educação;](#)
- [Decreto-Lei nº 281/2009, de 6 de outubro – Regime jurídico para a criação do sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância \(SNIPI\);](#)
- [Portaria nº 293/2013, Diário da República nº 186, Série I de 6 de setembro – Alarga o programa de apoio e qualificação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância;](#)
- [Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho – Regime jurídico da educação inclusiva;](#)
- [Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro – Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva;](#)
- [Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens;](#)
- [Portaria nº 181/2019, de 11 de junho – Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25% das matrizes curriculares – Base das ofertas educativas e formativas d](#)
- [Decreto-Lei nº 21/2019, Série I de 30 de janeiro – Concretiza o quadro de transferências de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;](#)
- [Decreto-Lei nº 55/2009 de 2 de março – regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar;](#)
- [Despacho n.º 7255/2018 de 31 de julho de 2018;](#)
- [Código Ético e Deontológico – Associação Portuguesa de Terapeutas da Fala – Aprovado pela Assembleia Geral a 17/04/1999;](#)
- [Decreto-Lei nº 320/ 99 – Regulamenta as profissões técnicas de diagnóstico e terapêutica e cria o Conselho Nacional das Profissões de Diagnóstico e Terapêutica como órgão de apoio ao Ministro da Saúde.](#)